

Aproveitamos a época mais consumista do ano para questionar nossos hábitos de consumo. De que forma eles podem contribuir para um futuro melhor?

Que presente deixaremos para as próximas gerações?

Aproveite as dicas desta edição e tenha um Natal mais cidadão.

PÁGINAS 10 E 11



■ Controle Social – CRESS/RS discute orçamento e financiamento na área da Assistência

PÁGINA 7

■ Decisão de Parlamentares traz à tona debate sobre adoção por casais homoafetivos

CONTRACAPA

DIRETORIA

Presidente: Fátima R. Carlos Saikoski
Vice-Presidente: Márcia de Almeida Rodrigues
1ª Secretária: Luciane da Silva
2ª Secretária: Sandra Eunice M. F. da Fonseca
1ª Tesoureira: Elisabete Ramos Glassmann
2ª Tesoureira: Carla Magali Capitanio
Suplentes:
Carla Rejane Bandeira Fraga; Iandara Costa da Silva;
Ilva Ina S. da Cunha; Renata Elizabeth A. Henriques;
Thaís Teixeira Closs; Denise Terezinha Z. Rossetto

CONSELHO FISCAL

Titulares:
Anahi Marques Melgaré; Cláudia Tellini Victolla;
Neide Maria de Oliveira
Suplentes:
Andréa Mantese Paul; Márcia Bertuol;
Ângela Maria Fenner

SECCIONAL DE CAXIAS DO SUL

Coordenadora: Eleni Raquel da S. Tsuruzono
Secretária: Genessy Gema Bertolini
Tesoureira: Marta Janete C. de Medeiros
Suplentes:
Viviane Guedes Tramontin; Daiane Cristina Lorandi;
Jeanine Cavalcanti Jeremias

SECCIONAL DE PELOTAS

Coordenadora: Licelma Pontes Schaefer
Tesoureira: Elicia Rodrigues da Silva
Secretária: Sílvia Helena da S. Chaigar
Suplentes:
Maria Beatriz Reissig; Suzana Caetano Gonçalves;
Alisson Saggiomo Juliano

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Fátima Regina Carlos Saikoski e
Sandra Eunice da Fonseca
Jornalista Responsável:
Vanessa Martins – MTB/RS 11.584
Fotos: arquivo CRESS/RS, Stock.XCHNG, Stockxpert
Edição: Jonas Furlan
Impressão: Gráfica e Editora Vitória Régia
Tiragem: 5.200 Exemplares

GRESS Informa:

Martinscomunic
Assessoria em Comunicação
martinscomunic@gmail.com



Gestão

"Acesser – Avançando na Caminhada"

Rua André Belo, 452 - 1º andar
Menino Deus - Porto Alegre/RS
CEP 90110-020

Fone/Fax: (51) 3224.3935 / COFI - 3225-3618
cress10@terra.com.br

Opção ecológica - O CRESS/RS procura fazer a sua parte na luta pela preservação da natureza: adotamos o uso do papel reciclado em todas as publicações.

O ano de 2008 chega ao fim e, como é comum neste período, nos convida a refletir sobre as experiências que acumulamos, sobre os avanços e os recuos que vivenciamos em nossa trajetória. Este ano, como todos os outros, estará para sempre registrado na história e lembraremos dele com a intensidade com que conseguimos nos implicar nos seus acontecimentos. Na condição de espectadores ou protagonistas vamos emprestando nossa contribuição, vamos dando desenho e forma às questões contemporâneas, às questões do nosso tempo. No CRESS foi um ano muito intenso. Vivenciamos emoções e sentimentos fortes. Acumulamos muita experiência na gestão do Conselho e estabelecemos parcerias significativas, tanto na relação interna com a categoria quanto com outras entidades.

Estamos comemorando a constituição da Comissão de Ética e Direitos Humanos e o brilhante trabalho que vem desenvolvendo em relação a esta temática tão importante para as/os Assistentes Sociais e para a sociedade em geral. Também comemoramos a intensificação das ações da Comissão de Orientação e Fiscalização que valorizam o exercício profissional. Assim também a Comissão Permanente de Ética e as Comissões de Instrução dos processos éticos, cujo trabalho responde às funções precípua do Conselho. Salientamos a intensidade das discussões realizadas pela Comissão de Formação e suas profundas reflexões sobre as estratégias necessárias para o enfrentamento da precarização do ensino e da formação. É preciso também registrar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Seguridade e pelo GT Saúde que lidam com matérias relacionadas às políticas públicas,

assuntos absolutamente relevantes ao nosso cotidiano de trabalho. A Comissão de Comunicação, por sua vez, tem empreendido um grande esforço para dar publicidade para todo este trabalho, transformando-se em ferramenta de aproximação do Conselho com a categoria. Em todas estas Comissões há o empenho de Conselheiros e a indispensável e fundamental participação e dedicação de Assistentes Sociais de Base que desenvolvem suas atividades pelo compromisso com os nossos princípios éticos e com a nossa categoria.

A aproximação de 2009 por sua vez vai afastando a melancolia e, no mesmo ritmo, aproximando os sinais de esperança. Não daquela esperança contemplativa que "cruza os braços" aguardando os novos tempos, mas daquela que indica, no recomeço de cada ano, um leque de possibilidades e desafios, um "arregaçar de mangas", um intenso processo de reflexões críticas, um profícuo conjunto de inquietações e proposições na busca de objetivos pautados pelos princípios que norteiam a nossa profissão e em valores tão caros para a sociedade atual como a ética, o respeito à diversidade e a todas as formas de expressão.

É neste contexto de reflexões e expectativas que encerraremos 2008, desejando que em 2009 possamos contar com a participação quantitativa e qualitativa da categoria na construção da história do CRESS/RS.

Gestão ACRESSER

Avançando na Caminhada (2008-11)



Direitos Humanos: presente na fundamentação do Serviço Social

"A gente fala tanto em Direitos Humanos, mas nem sempre tem a dimensão do que significa realmente, por isso a idéia de trazer profissionais para discutir o tema sob diversos ângulos, para ajudar a ampliar o conhecimento dos(as) assistentes sociais", disse a coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos e GT de Promoção da Igualdade Racial do CRESS/RS Carla Fraga. Para iniciar o diálogo do primeiro evento do Ciclo de Debates, realizado no dia 21 de novembro, na sede do CRESS/RS, foi convidada a Prof. Dra. Maria Palma Wolff, que falou sobre a Fundamentação dos Direitos Humanos, e seus conceitos; o desenvolvimento deste tema numa perspectiva histórica, destacando a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1945, ao final da segunda guerra mundial; chegando à classificação dos Direitos Humanos; à efetividade destes direitos na prática e sua interface com o Serviço Social. Em relação à profissão, ela lembra que, a partir do Movimento de Reconceitualização no Serviço Social, ficou clara a perspectiva ética, dando direcionamento social ao Serviço Social e criando parâmetros para a atuação do assistente social. "Os Direitos Humanos estão presentes



Fróes utiliza a arte como forma de expressão dos Direitos Humanos.

textualmente no Código de Ética do Serviço Social, são um de seus princípios básicos", lembrou. Numa perspectiva instrumental, Maria Palma destaca que o Serviço Social pode intervir no empoderamento dos cidadãos e cidadãs, conscientizando-os de seus direitos e auxiliando nas denúncias à Corte Interamericana de Direitos Humanos quando as questões não avançam no país. Ou seja, os(as) assistentes sociais têm sua prática comprometida com os Direitos Humanos.

Este comprometimento passa pela questão étnico-racial, conforme chamou atenção o professor e poeta Jorge Fróes, integrante do Movimento Negro organizado, que proferiu a segunda palestra

do dia. "A poesia, assim como toda a arte, é um maravilhoso veículo para levar as pessoas à reflexão dos Direitos Humanos numa linguagem acessível, compreensível de todos, saindo do tecnicismo da lei", lembrou ele, já que seus textos abordam a questão dos direitos em forma de versos. "Ou seja, a arte consegue trazer os Direitos Humanos do mundo dos técnicos para a vida. Ela ilustra dos Direitos Humanos", concluiu.

Para saber mais sobre Direitos Humanos, a professora Maria Palma indica a Rede Virtual DH Net: www.dhnet.org.br.

Prepare-se: Fórum Social Mundial 2009

O Fórum Social Mundial 2009 acontecerá entre 27 de janeiro e 01 de fevereiro, em Belém (Pará, Brasil) e terá centenas de atividades autogestionadas, propostas e realizadas por organizações da sociedade civil de todo o planeta. Mas para quem não vai estar lá, aqui está uma dica: OpenFSM – um espaço virtual aberto e permanente para a construção de outro mundo

possível. O espaço foi criado para facilitar a comunicação e as convergências entre os participantes, fortalecer a construção permanente do processo do FSM e auxiliar na preparação dos eventos centralizados como o FSM 2009.

Qualquer usuário registrado no OpenFSM pode criar um espaço virtual para a sua organização, atividade, tema de interesse

ou região geográfica, e ainda, convidar outras pessoas para participar deste espaço, compartilhando informações com os demais visitantes. Cada espaço do OpenFSM oferece aos usuários listas de discussão, edição de páginas colaborativas para planejamento e trabalho, além de um blog para a divulgação de textos e fotos. Confira em www.openfsm.net.

Reunião no TJRS

O CRESS-10ª Região realizou reunião com o Corregedor Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos no dia 24 de setembro. Com o objetivo de reivindicar a nomeação dos assistentes sociais aprovados no último concurso público realizado pelo órgão.

“Constantemente recebemos manifestações das colegas que trabalham no Poder Judiciário relatando a necessidade de ampliação do quadro de assistentes sociais visando atender de forma qualificada o expressivo aumento da demanda. Na perspectiva de efetivar ações de enfrentamento ao processo de precarização das condições de trabalho, reivindicamos não só a

nomeação dos cargos vagos, bem como a sua expansão por meio da criação, via Projeto de Lei, de novos cargos”, diz Luciane da Silva, coordenadora da COFI.

O Corregedor Geral, apesar de reconhecer a importância da categoria de Assistentes Sociais na esfera do Poder Judiciário, justificou pela precária situação financeira do Estado a dificuldade de tramitação na Assembléia Legislativa de projetos de lei que versem sobre a ampliação do número de cargos. Contudo, salientou que está sob sua responsabilidade o estudo relativo a racionalização da proposta de ampliação de cargos do Judiciário que deverá ser encaminhada à Assembléia Legislativa no próximo ano. Até o presente

momento não há previsão de inclusão da expansão do número de cargos para assistente social.

Na audiência, o CRESS também foi informado de que estava em curso a nomeação de quatro assistentes sociais, e que outros quatro deverão ser nomeados até fevereiro/09. Os oito profissionais que deverão ser nomeados preencherão o número de noventa e nove cargos de assistentes sociais existentes no Judiciário gaúcho. “Sabemos que este número é insuficiente para atender a crescente demanda e que qualquer alteração no quadro dependerá de um contínuo e organizado processo de articulação com os trabalhadores do setor e da sociedade em geral”, destaca Luciane.

ESTAMOS DE OLHO

Neste segundo semestre o CRESS/RS intensificou a realização de visitas de orientação e fiscalização em regiões importantes do interior do Estado. Foram visitadas as regiões de Caxias do Sul, Pelotas e Santa Rosa (Passo Fundo será visitada na primeira semana de dezembro). Na região de Santa Rosa, por exemplo, o CRESS esteve em 26 municípios, contemplando 52 instituições, entre elas: Prefeituras Municipais, APAES, abrigos de crianças e adolescentes, abrigos de atendimento a idosos e hospitais, atingindo aproximadamente 100 assistentes sociais.

Com as/os colegas foram refletidas e abordadas questões relacionadas ao compromisso com a supervisão de estagiários e a prática profissional embasada no Projeto Ético-Político. Com os gestores e/ou demais chefias foram esclarecidos aspectos relacionados às atribuições, competências e responsabilidades do profissional, seus direitos e deveres. As agentes fiscais puderam identificar situações em que o assistente social não dispõe de condições para a prática e exercício da profissão de acordo com as disposições da Resolução CFESS nº 493 de 2006. Foram cientificados e oficiados 10 municípios, para que sejam provi-

denciadas as adequações.

Além das visitas institucionais, foram realizadas entrevistas, reuniões e contatos com responsáveis pelos pólos de Ensino à Distância para tratar da prática dos estágios em Serviço Social. No encontro com os NUCRESS de Santa Rosa, Ijuí e Crissiumal as/os assistentes sociais puderam esclarecer e tirar suas dúvidas especialmente quanto à supervisão e o papel/atribuição dos professores/tutores na modalidade EAD. Durante a realização da visita na região, a conselheira Luciane da Silva – coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização, participou de evento na FEMA (Fundação Educacional do Município de Assis) com a presença de alunos, supervisores e professores, onde foi abordado o papel e a função do CRESS na perspectiva da qualidade da formação profissional.

Na região de Pelotas as visitas foram realizadas em conjunto com a Seccional. As/os assistentes sociais de São Lourenço, Arroio Grande, Canguçu, Jaguarão e Pelotas mostraram-se receptivos e manifestaram pedido para realização destas visitas com mais frequência, reconhecendo-a como um meio legítimo para a defesa e fortalecimento da profissão. Nesta região o foco da Fiscalização esteve

centrada na reflexão sobre as diversas situações que envolvem a prática dos estágios, sejam estes obrigatórios ou não-obrigatórios. Com a presença da vice-presidente do CRESS, da coordenadora da Seccional e da agente fiscal foi realizada reunião com a Coordenação do Curso de Serviço Social e Coordenação de Estágio da UCPEL (Universidade Católica de Pelotas) com o intuito de refletir sobre o processo de supervisão de estágio e sua prática.

Na região de Caxias do Sul, as visitas de fiscalização ocorreram em conjunto com a Seccional que aproveitou para socializar com as/os colegas as ações desenvolvidas enfatizando a importância de aproximação e participação da categoria. Na visita ao Pólo de EAD, profissionais e alunos do Serviço Social debateram e refletiram sobre o papel do Conselho e a defesa do Projeto Ético Político. Aproveitando a realização da visita de orientação e fiscalização, a Seccional organizou evento de capacitação para os assistentes sociais da região com a palestra “A Fiscalização como Instrumento de Prevenção na Garantia e Cumprimento do Código de Ética do Assistente Social” proferida pela agente fiscal do CRESS/RS Neorides Bianchini.

Vem aí o Curso de Especialização à Distância CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB

Está previsto para iniciar em março de 2009 o curso de Especialização à Distância "Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais", com carga horária de 360 hs. As pré-inscrições vão até 13 de janeiro, através de formulário na página do CFESS (www.cfess.org.br). As matrículas serão encerradas após completar as 1500 vagas previstas. O curso terá 3 semestres (março 2009 a agosto 2010) e é destinado a assistentes sociais regularmente inscritos nos CRESS. O investimento é de R\$ 2.000,00, podendo ser pago em até 10 vezes. O edital está disponível no site do CFESS.

Supervisão de Estágio

Aprovado no Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS a regulamentação de supervisão direta de estágios em Serviço Social. Confira o texto na íntegra da Resolução CFESS n.º 533/08 acessando o site do CRESS/RS (www.cressrs.org.br) no link "Documentos".

CFESS com site novo

O Site do CFESS está totalmente reformulado. Veja o novo design no mesmo endereço: www.cfess.org.br.



Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais 2009

Nos últimos meses, o site do CRESS recebeu sugestões da categoria de temas a serem abordados no Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais 2009. A Comissão Organizadora está procurando contemplar o maior número de propostas, que foram bastante ricas. O evento está sendo preparado para acontecer na próxima Semana do Assistente Social. Aguarde, no site do CRESS, informações sobre inscrições, local e programação.

Anuidade 2009

O pagamento das anuidades aos Conselhos Profissionais está previsto na lei que regulamenta o Serviço Social, assim como outras profissões liberais. Cabe ao Conselho a responsabilidade de defender e fiscalizar o exercício da profissão e responder aos compromissos ético-políticos no enfrentamento dos desafios que se apresentam para a categoria. As diversas atividades do Conselho relativas à orientação e fiscalização do exercício profissional, ao constante processo de descentralização de sua gestão, a realização e participação em eventos de discussão e aprofundamento dos processos de trabalhos em locais tradicionalmente ocupados por assistentes sociais e em novos espaços sócio-ocupacionais, só são possíveis se a entidade contar com os recursos financeiros oriundos das contribuições.

Assim, para além de ser uma obrigação legal, o pagamento das anuidades possibilita que todos os assistentes sociais contem com uma entidade que, com responsabilidade e transparência, exercite a constante e intransigente defesa da profissão, com uma atuação forte e empreendedora.

Nesta oportunidade, o CRESS/RS informa que, em Assembléia Geral da categoria ocorrida em 23 de outubro, foi definido o valor da anuidade de 2009, os descontos e a forma de pagamento, quais sejam:

ANUIDADE 2009	VALOR	VENCIMENTO ATÉ
Desconto de 15%	R\$ 252,05	06/02/09
Desconto de 10%	R\$ 266,87	06/03/09
Desconto de 5%	R\$ 281,70	06/04/09
INTEGRAL	R\$ 296,53	30/04/09

Outra possibilidade para recolhimento da anuidade de 2009 é o parcelamento em seis vezes, conforme vencimentos abaixo:

ANUIDADE 2009 PARCELADA		
PARCELAS	VALOR	VENCIMENTO ATÉ
Parcela 1/6	R\$ 49,42	06/02/09
Parcela 2/6	R\$ 49,42	06/03/09
Parcela 3/6	R\$ 49,42	06/04/09
Parcela 4/6	R\$ 49,42	06/05/09
Parcela 5/6	R\$ 49,42	06/06/09
Parcela 6/6	R\$ 49,42	06/07/09

Informamos que as/os assistentes sociais receberão um bloqueto bancário no seu endereço residencial com o qual poderão optar por recolhimento integral com descontos ou pagamentos parcelados. Como o recolhimento das anuidades foi migrado para a Caixa Econômica Federal (conforme determinação do CFESS), haverá a facilidade do pagamento em agências lotéricas. **Se optar pelo pagamento parcelado, você deverá recolher, até o dia 06/02/09, impreterivelmente, a importância de R\$ 49,42, e aguardar o envio dos boletos para recolhimento das parcelas restantes. Caso não efetuar o pagamento da 1ª parcela, a anuidade não poderá ser parcelada.**

Conselho estabelece recursos financeiros para apoio aos NUCRESS

A manutenção dos Núcleos de Assistentes Sociais (NUCRESS) é uma das questões mais debatidas nas reuniões sobre o tema. A boa notícia é que foi aprovada pela Assembléia Geral a proposta da diretoria de disponibilizar o montante de trinta mil reais (R\$ 30.000,00) para apoio material e financeiro aos Núcleos, proposta encaminhada no VI Encontro dos Representantes dos NUCRESS, realizado na sede no dia 23 de outubro. O recurso tem como objetivo fundamental subsidiar cursos ou oficinas de capacitação e atualização profissional nas respectivas regiões. Para isso, é necessário que o Núcleo interessado apresente ao CRESS um projeto (munido de orçamento) para análise. “O importante é que os NUCRESS participem enviando suas propostas, mesmo que eventualmente estejam

faltando informações, nós entraremos em contato para complementar o projeto”, explicou a presidente do CRESS Fátima Saikoski.

A data limite para envio, preferencialmente por email, é 25 de março. Os projetos serão apreciados pelas Comissões de Formação e de Gestão Financeira. O parecer será deliberado na reunião do Conselho Pleno de abril de 2009.

Um exemplo recente é do NUCRESS Litoral Norte, que realizou no dia 11 de novembro o projeto “Capacitação sobre grupos”, desenvolvido por meio de recursos disponibilizados pelo CRESS. Conforme a coordenadora do NUCRESS Maria da Graça da Silva Pereira, a atividade foi desen-



volvida em parceria com a prefeitura de Osório, o Centro de Convivência da Infância e do Idoso e a Associação dos Municípios do Litoral Norte e capacitou 40 assistentes sociais.

Também foi aprovada no VI Encontro a proposta de realização de três reuniões ampliadas do Conselho Pleno no ano de 2009. As reuniões ampliadas deverão ocorrer nos meses de abril, julho e novembro, à tarde, em datas a serem divulgadas oportunamente. As despesas do coordenador ou de seu representante ficarão a cargo do Conselho.

Fruto de um trabalho permanente de incentivo à formação de NUCRESS, contamos atualmente com 12 núcleos (regularizados conforme a Resolução nº 10/08), dos quais participaram no VI Encontro: Carazinho, Celeiro, Alto Uruguai, Gravataí, Litoral Norte, Santa Maria, São José do Norte, Vale do Taquari e Planalto Médio.



Representantes exibem cartaz com os princípios do Código de Ética.

Assembléia Geral aprova Plano de Metas 2009

A Assembléia Geral da categoria, realizada ainda no dia 23 de outubro, na sede, contou com um breve relato sobre o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS deste ano e a apresentação do Plano de Metas para 2009. “O projeto contém muitas atividades, prevendo a realização de discussões importantes para os (as) assistentes sociais que implicarão no desenvolvimento da sua prática cotidiana. O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e foi construído a partir das Deliberações do

37º Encontro Nacional do CFESS/CRESS e em sintonia com as demandas apresentadas pela categoria”, disse a presidente do CRESS/RS Fátima Saikoski.

Para garantir a execução do Plano de Metas, a categoria aprovou o aumento das anuidades proposto pelo conjunto CFESS/CRESS no Encontro Nacional (confira matéria da página 5).

O Plano está disponível no site do CRESS/RS, no link “Documentos”.



Palestra sobre financiamento integra programação

O Encontro dos Representantes do CRESS/RS nos Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas, realizado logo após o dos NUCRESS, contou com o painel “Orçamento e financiamento das políticas públicas e de direito com ênfase na Assistência social: desafios para o Controle Social”, com a assistente social e conselheira do CRESS/RS na gestão anterior, Darly Salazar Pereira, do Departamento de Assistência Social da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado; e com o economista e professor da FARGS Jorge Ussan.

Darly trouxe para a sua explanação as leis de financiamento fundamentais para embasar o trabalho dos assistentes sociais nos Conselhos, como o Artigo 195 da Constituição Federal, que instituiu o financiamento da Seguridade Social, definindo tanto o orçamento próprio como suas formas de custeio. Ela destaca que toda a sociedade, através de recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, DF, dos municípios e das contribuições sociais contribui para o financiamento da Seguridade Social, direta ou indiretamente, através inclusive dos empregadores (folhas de salários, faturamento e lucro) dos trabalhadores e das receitas de concursos e prognósticos. A assistente social lembrou

também que o Fundo de Assistência Social é o instrumento democrático de gestão de todos os recursos destinados ao financiamento da Assistência Social, tendo como base a Política de Assistência Social e o Plano Plurianual de Assistência Social. “É o grande cofre da Assistência Social e tem íntima relação com o planejamento e a política de AS como um todo. Já os fundos especiais constituem-se em uma reunião de recursos com determinado fim, não possuem personalidade jurídica própria nem autonomia financeira e administrativa, estando vinculados a órgãos públicos. São estruturados como unidade orçamentária por representarem importante instrumento de captação e apoio financeiro aos programas orçamentários e às ações de sua área de vinculação”.

Já o economista Jorge Maia Ussan, que é técnico da Assembléia Legislativa do Estado, abordou o funcionamento do Orçamento Público, esclarecendo sobre o Ciclo Orçamentário no Brasil. “O processo de elaboração do orçamento público no Brasil obedece a um ‘ciclo’ integrado ao planejamento de ações, que compreende o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA”. Ele destaca a importância do



Instrumento de Planejamento e do Plano Programático de Governo.

Sobre o Orçamento, ele informa que as despesas fixadas são cobertas com o produto da arrecadação dos impostos estaduais, como o ICMS e transferências federais (Fundo de Participação dos Estado). “Os gastos do governo podem também ser financiados pelo endividamento do Tesouro junto ao mercado financeiro interno e externo. Este mecanismo implica o aumento da dívida pública. As receitas são estimadas pelo governo. Por isso mesmo, elas podem ser maiores ou menores do que foi inicialmente previsto. Se a economia crescer durante o ano, mais do que se esperava, a arrecadação com os impostos também vai aumentar. O movimento inverso também pode ocorrer”.

Ussan também explicou como funcionam as despesas e execuções orçamentárias através de exemplos.

Os debates indicam a importância deste tema para a qualificação da participação da categoria nos conselhos de direitos e de políticas públicas.



Relato do Encontro Nacional

Diretoria do CRESS/RS

O Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que ocorreu na cidade de Brasília/DF nos dias 25 a 28 de setembro, foi um evento marcante para os assistentes sociais. Os mais de 300 participantes, representantes de todos os Estados brasileiros, discutiram e deliberaram sobre questões que se refletem na prática cotidiana da categoria, assim como determinam posicionamentos que orientam as reflexões indispensáveis para o exercício profissional comprometido com os princípios ético-políticos, com a efetivação das diretrizes curriculares e com o enfrentamento do crescente processo de precarização das condições de trabalho.

Entre as deliberações, disponíveis no site do CRESS, destaca-se a definição sobre a aplicação do Exame de Proficiência no Serviço Social. Apesar de uma votação apertada o Conjunto CFESS/CRESS definiu pela não aplicação deste instrumento no Serviço Social. Concebido como estratégia de enfrentamento da precarização da formação, tanto presencial quanto à distância, a aplicação do Exame de Proficiência tornou-se um tema que provocou discussões acaloradas no interior da profissão. A posição que prevaleceu neste momento, aponta para a não realização do Exame de Proficiência, entretanto reconhece a necessidade de que a categoria construa estratégias efetivas para o enfrentamento do problema da precarização da formação profissional, apontando várias alternativas e instrumentos que ganharão materialidade por meio de estudos que serão realizados pelo GT de Formação, constituído neste Encontro e no qual a Região Sul estará representada pelo CRESS/PR. As comissões de Orientação e Fiscalização e de Formação do CRESS/RS, em sintonia com o GT Nacional, continuarão seus trabalhos de monitoramento, avaliação e ações de fiscalização no sentido de enfrentar esta situação no nosso Estado.

Outra questão também destacada no evento foi à discussão e aprovação da Resolução CFESS nº 533/08 que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. A minuta foi elaborada pelo grupo de trabalho criado para este fim e a sua implementação constitui importante instrumento de regulação das relações estabelecidas pelos diferentes atores que interagem com a questão do estágio – Unidades de Ensino, Supervisores Acadêmicos e de Campo, alunos e CRESS. A Resolução está em vigor desde sua



"Dois Candangos", monumento de Bruno Giorgi, situado à Praça dos Três Poderes, representou o encontro deste ano.

publicação no DOU em 29.09.08 e determina que o Supervisor de campo seja funcionário do quadro de pessoal da instituição em que ocorre o estágio, lotado no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado (art.5º) e que o limite máximo não deve exceder um estagiário para cada 10 horas semanais de trabalho (art.3º-parágrafo único).

A metodologia Depoimento Sem Dano também foi objeto de grandes debates e embates durante o evento. Discutida em dois eixos temáticos: Fiscalização e Ética e Direitos Humanos, o tema provocou enormes inquietações e mobilizou muitos delegados. Embora a Região Sul tenha encaminhado no Encontro Descentralizado a necessidade de continuidade da discussão, encaminhando seu aprofundamento para o Encontro Sócio-Jurídico que ocorrerá no próximo ano, a plenária decidiu pela deliberação neste Encontro Nacional. Nossa argumentação de que a discussão exige, preliminarmente, uma reflexão que considere as especificidades do espaço sócio-ocupacional do Poder Judiciário foi derrotada na plenária. Toda a documentação que dispomos sobre a questão está publicada no site do CRESS/RS, porém entendemos importante frisar que esta metodologia foi implantada na 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre há cinco anos, contando com a participação de Assistentes Sociais e Psicólogos. Neste período vem sendo constantemente aprimorada no sentido de garantir os direitos das crianças e adolescentes que são ouvidos em audiência na condição de vítimas ou testemunhas de crimes. Considerando os resultados obtidos, o Conselho da Magistratura, com aporte de recursos do Ministério da Justiça, está apoiando

a expansão da metodologia para várias comarcas em diversos Estados brasileiros. Aproximar-se desta metodologia tem provocado reflexões e vários questionamentos por parte dos Assistentes Sociais que foram chamados para participar da sua implementação. No RS, o Grupo de Assistentes Sociais do Judiciário manifestou-se formalmente favorável à participação dos assistentes sociais nesta modalidade de audiência e já contamos com doze colegas que participam da metodologia Depoimento Sem Dano em várias comarcas.

A deliberação do Encontro Nacional CFESS/CRESS foi contrária à metodologia Depoimento Sem Dano reconhecendo que a inquirição não é atribuição privativa nem competência do(a) assistente social, definindo a necessidade de construir documento que aponte compromissos do Conjunto CFESS/CRESS com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e indique uma proposta de intervenção que garanta as atribuições privativas e competências do(a) assistente social no âmbito judiciário, bem como assegure os direitos de proteção integral a crianças e adolescentes no processo de inquirição especial. A matéria será encaminhada para Parecer da Assessoria Jurídica do CFESS a fim de identificar as conseqüências e implicações jurídicas quanto à participação do(a) assistente social na metodologia DSD, uma vez que não se configura como atribuição privativa e nem competência da(o) assistente social.

Após elaboração deste parecer, com base no documento do CFESS e nos fundamentos teóricos e normativos do Serviço Social, será elaborada a resolução definindo que não é competência nem atribuição privativa dos assistentes sociais a intervenção profissional na metodologia DSD. (Relatório Final – Eixo da Fiscalização Profissional, propostas 12, 14 e 15; Eixo da Ética e Direitos Humanos, proposta 12).

A Diretoria do CRESS 10ª Região e demais membros da delegação do RS, ao final do Encontro, manifestaram sua preocupação e insatisfação com a condução do processo de discussão e deliberação frente às temáticas pautadas no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS. A manifestação está publicada na íntegra no nosso site.

Controle Social

No dia 24 de setembro, o conjunto CFESS/CRESS realizou, em Brasília, o Seminário Nacional: O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. O Rio Grande do Sul esteve presente no evento através de uma delegação de seis representantes do CRESS – 10ª região nos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas, indicados em reunião própria e referendados pela Assembleia Geral. Dentre os palestrantes estavam: Raquel Raichellis e Maria Inês Bravo. Conforme a assistente social Karen Camargo, uma das representantes do RS no evento, o debate consistiu na reflexão sobre a importância do Controle Social para além da participação da categoria profissional nos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas, dando ênfase à articulação e mobilização de outros Fóruns, Comitês e Movimentos Sociais, que ampliem os espaços de construção coletiva e democrática.

Em quadro demonstrativo da representação nos Conselhos de Políticas e de Direitos (base 2006) constatamos que o CRESS/RS possui o maior número de assistentes sociais representando o segmento dos trabalhadores nos diferentes Conselhos. Também foi possível mapear que, em âmbito nacional, os Conselhos de Assistência Social concentram o maior número de representação da categoria, totalizando 84 profissionais. Em segundo lugar vem a Política de Saúde que conta com 24 profissionais.

Karen Camargo ainda ressalta que “a participação do assistente social representando o CRESS e, portanto, sua categoria profissional, em espaços como os de conselhos e de eventos de reflexão e capacitação sobre Controle Social é de suma importância, visto que estas são formas de

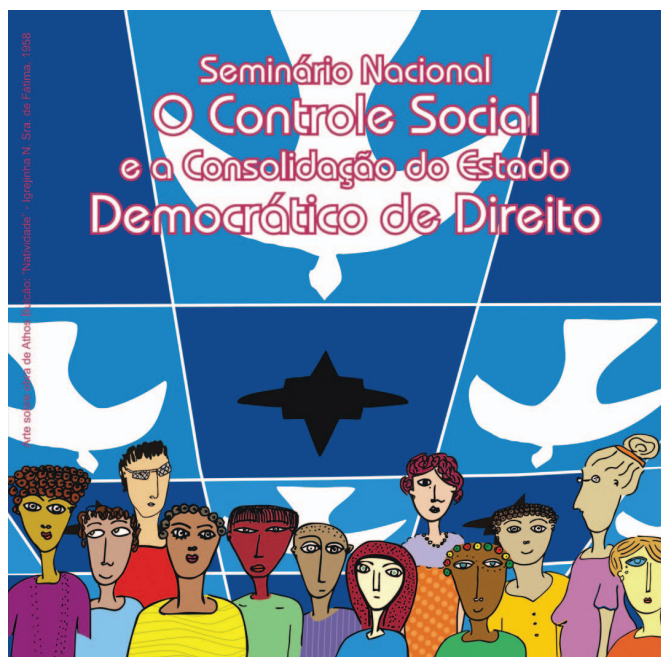
Concurso CRESS

O concurso realizado pelo Conselho este ano foi concluído com a contratação dos assistentes administrativos, Mauro Silveira Machado, para a sede, em Porto Alegre; e Fernando Sechin, para a Seccional de Caxias do Sul. As/os agentes fiscais que vão atuar nas Seccionais do CRESS deverão ter seus contratos efetivados em fevereiro. As reformas das Seccionais também estão em fase de conclusão.



Coletânea de Leis

No mês de dezembro já estará disponível para os assistentes sociais a nova edição da Coletânea de Leis, revisada, ampliada e com design mais moderno. A publicação conta com prefácio da Profª Drª em Serviço Social Berenice Rojas Couto. Informe-se pelo site do CRESS ou na secretaria.



“Não basta fazer uma cidade moderna, é preciso mudar a sociedade.” - Niemeyer

qualificar os processos de trabalho cotidiano e reafirmar princípios do Código de Ética, como os de Aprimoramento Intelectual e de Justiça Social”.

Agenda 2009

Em dezembro também estará disponível no CRESS outro importante instrumento de divulgação do Serviço Social: a agenda do Assistente Social 2009, confeccionada em duas versões: convencional, 13x20cm, 438 páginas, com espiral protegido, porta-documento, marcador de página e elástico; e “de bolso”, 17x8cm, 212 páginas. Produzida em papel kraft, mais rústico, a agenda traz como tema “Trabalho e Riqueza no Brasil: 30 anos de luta contra a desigualdade”. O CRESS/RS informará, por meio do site, quando estará à disposição na secretaria e valores.



Consumo consciente - Que presente deixaremos para as próximas gerações?

Na edição anterior do CRESS INFORMA criamos uma nova editoria, o “GRESS NA LUTA”, em que a proposta era trazer para o debate questões que envolvam os(as) assistentes sociais em causas e movimentos sócio-ambientais, políticos, de saúde, direitos humanos, etc. Naquela edição, trouxemos uma matéria com informações sobre o Câncer de Mama. Agora, com a proximidade de uma das datas mais consumistas do ano – o Natal – estamos tratando sobre o Consumo Consciente, ou Consumo Responsável, um movimento mundial que conscientiza as pessoas a adquirir produtos éticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos, animais e não provoque danos ao meio ambiente. Isto pode ser feito através de compras “politicamente” corretas, favorecendo produtos eticamente corretos, realizando negociações baseadas em princípios do bem comum – e não somente na satisfação de interesses individualistas – ou através de boicotes morais a compras e negociações que vão de encontro à proposta.

No Brasil, uma das organizações de maior representatividade na luta pelo consumo consciente é o Instituto Akatu, que trabalha com um conceito global, que vai muito além do ato

*O consumo é um dos
nossos grandes
instrumentos de bem
estar, mas precisamos
aprender a produzir e
consumir os bens e
serviços de uma
maneira diferente*

de comprar. Para o Instituto, todos os atos do dia-a-dia envolvem consumo:

“Ao acordar, vamos ao banheiro e consumimos água, eletricidade, pasta de dente e sabonete. Depois tomamos café-da-manhã e lá vai café, pão, manteiga, geléia, frutas, água, eletricidade. E mais água para fazer o café e para lavar a louça. Quando saímos para o trabalho, a menos que se vá a pé ou de bicicleta, consumimos combustível, mesmo que seja do ônibus, e no caso do metrô, energia elétrica. Dependendo da ocupação de cada um, haverá diferentes tipos de consumo, mas é quase certo que haverá uso de eletricidade, papel e cafezinho, por exemplo. Portanto, mesmo que você passe o dia todo sem sequer abrir a carteira, terá consumido muita coisa”.

Com isso, o Akatu promove a reflexão sobre o impacto que todas estas ações provocam na economia, na sociedade e, principalmente, no meio ambiente. Portanto, o consumo consciente visa transformar o ato de consumir em um ato de cidadania. “O consumo é um dos nossos grandes instrumentos de bem estar, mas precisamos aprender a produzir e consumir os bens e serviços de uma maneira diferente da atual, visto que o modelo hoje utilizado de produção e consumo contribuiu para aprofundar alguns aspectos da desigualdade social e do desequilíbrio ambiental. Mas as coisas não precisam ser assim e existe um enorme potencial para que o consumo que nos trouxe a essa situação, se exercido de outra forma, nos tire dela”.

Você é um consumidor consciente? Faça o teste no site do Akatu e reveja suas práticas em casa, no ambiente de trabalho, na escola dos seus filhos, na comunidade. É mais simples do que se imagina!

Entre as inúmeras dicas e recomendações que o Instituto traz em sua página na internet (www.akatu.org.br), escolhemos uma lista que pode contribuir para um Natal mais responsável:

Pratique o

Neste período do ano, motivados pelas promoções de final de ano, pelo espírito natalino e por facilitadores como o décimo terceiro salário, as pessoas sentem-se impulsionadas a consumir. Consume-se hoje 25% a mais do que a Terra consegue renovar. Pensando nisso, o Instituto Akatu preparou 14 dicas para que as festas de fim de ano sejam especiais e, acima de tudo, conscientes.

1 - Planeje suas compras

O ponto de partida é o cuidado com as compras, que muitas vezes são justificadas pelas emoções que afloram no Natal. Comprar por impulso pode causar problemas que vão desde o desperdício até o endividamento. Por isso, planeje suas compras, avalie os impactos do seu consumo e pense se realmente o produto ou serviço é necessário.

2 - Inove

Dar e receber presentes é tradição no Natal. Porém, o presente está muito mais relacionado ao sentimento do que ao preço ou à tecnologia. Então, inove. Dê presentes artesanais feitos por comunidades tradicionais ou presentes produzidos a partir de produtos reciclados feitos por cooperativas ou entidades do terceiro setor. Para as crianças, caso opte por brinquedos, prefira os educativos.

3 - Confeccione um presente

Se tiver tempo, use a criatividade e faça você mesmo o presente que for dar aos seus amigos ou familiares. Assim, além do objeto material, seu presente será carregado de afeto.

4 - Diga não aos produtos piratas

Evite a tentação do preço baixo. Não compre produtos piratas ou contra-bandeados. E não esqueça de pedir nota fiscal.

5 - Opte por empresas que se preocupam com o ambiente e o desenvolvimento social

Informe-se e escolha produtos de empresas social e ambientalmente responsáveis. Caso tenha dúvidas, consulte o Guia de Empresas e Produtos do Instituto Akatu (www.centroakatu.org.br).

consumo consciente no Natal

6 – Organize-se e faça reservas para as contas do início do ano, como o IPVA e o IPTU

Cuidado com as finanças. O fim de ano é um dos períodos em que o consumidor mais entra no vermelho, por gastar além do que pode. Faça as contas e não gaste além do necessário e de suas possibilidades. Procure comprar à vista e pedir descontos. No caso de compras a prazo, verifique a taxa de juros e pense bem se a despesa está adequada ao seu orçamento de 2009. Faça uma reserva para os pagamentos de início de ano, como IPVA, IPTU e despesas com educação.

7 – Atenção para as embalagens

Outro importante ponto que deve ser levado em consideração pelos consumidores conscientes são as embalagens. A maior parte do lixo produzido no Brasil é embalagem que, além de gastos públicos, geram impactos ambientais. Opte por embalagens duradouras ou mais simples e que possam ser reutilizadas. O que não puder ser reaproveitado, separe e encaminhe para reciclagem.

8 – Dê preferência às árvores de Natal naturais

Cuide da natureza e evite a geração de lixo. Reaproveite a árvore de Natal dos anos anteriores, caso tenha usado uma artificial. Porém, caso você realmente precise de uma árvore nova, opte por uma natural e plantada. Após as festas, replante-a em um espaço maior para que ela possa crescer, dar flores e frutos. Procure informar-se se a árvore escolhida é nativa do Brasil e apropriada para sua região.

9 – Reaproveite os enfeites

Procure reaproveitar os enfeites usados em anos anteriores. Caso compre novos, prefira os artesanais ou feitos a partir de materiais recicláveis. Após as festas, guarde os adereços com cuidado e os reutilize no próximo Natal.

10 – Não desperdice energia

Para os que usam luzes como enfeite de Natal, a dica é apagar todas antes de dormir, evitando o desperdício de energia elétrica.

11 – Pratique a solidariedade

O que não tem serventia para você pode ser muito útil para outros. Doe o que não lhe serve mais e alegre o Natal de outras pessoas.

12 – Na hora da ceia

Não exagere! Compre a quantidade de alimentos que realmente será consumida, evitando desperdícios. Evite comer e beber em excesso para aproveitar o Natal sem desconfortos e possíveis problemas, além de manter a forma física e a família unida;

- Dê preferência a vegetais cultivados na sua região ou em local próximo e use frutas da época. O custo de transporte é menor e as chances de desperdício também;

- Pense numa ceia com petiscos naturais e prefira os alimentos orgânicos;

- Reaproveite cascas e talos de alimentos, que têm alto valor nutritivo, para fazer diferentes pratos;

- Mesmo que a família seja grande e o trabalho depois da ceia também, esqueça os pratos e copos descartáveis, que viram lixo. Opte pelos de vidro, que podem ser lavados e usados novamente.

13 – Cultive bons sentimentos

Lembre-se: há coisas que, por um milagre, quanto mais consumimos, mais se multiplicam. Por isso, neste Natal consuma exageradamente amor, beleza, alegria, amizade, carinho, delicadeza, sensibilidade, compaixão, respeito e justiça.

14 – Conscientize as pessoas que convivem com você

Aproveite a festa natalina para disseminar o consumo consciente entre seus amigos, colegas de trabalho e familiares. Esse é o melhor presente que você pode dar à humanidade.

(Fonte: Instituto Akatu pelo Consumo Consciente)

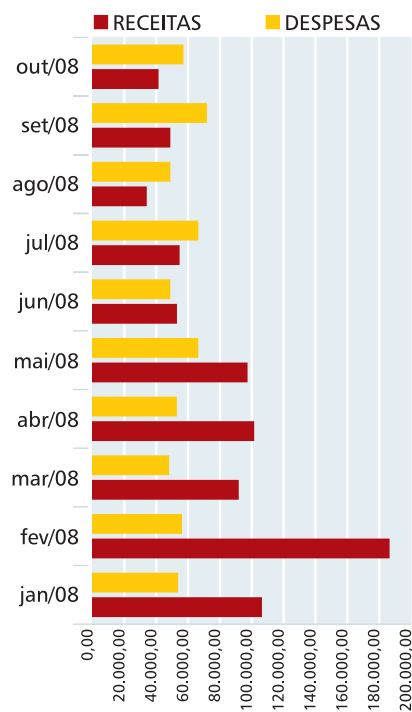
CONSELHO REGIONAL SERVIÇO SOCIAL CRESS - 10ª REGIÃO JANEIRO A JULHO DE 2008

RECEITAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	729.533,06	90,63%
RECEITA PATRIMONIAL	35.820,61	4,45%
RECEITAS DE SERVIÇOS	39.571,33	4,92%
RECEITAS DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00%
TOTAL DO GRUPO	804.925,00	100,00%

DESPESAS		
PESSOAL CIVIL	122.737,31	22,11%
DESPESAS VARIÁVEIS	59.974,65	10,80%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	45.169,36	8,14%
MATERIAL DE CONSUMO	18.719,99	3,37%
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	51.664,49	9,31%
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	240.844,30	43,38%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	539.110,10	97,10%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.935,33	1,61%
DESPESAS DE CAPITAL	7.147,99	1,29%
TOTAL DO GRUPO	555.193,42	100,00%

SUPERAVIT DO PERÍODO R\$ 249.731,58

	RECEITA	DESPESAS
jan/08	104.754,35	51.330,53
fev/08	186.143,13	53.484,84
mar/08	90.109,19	45.434,83
abr/08	99.919,48	50.468,17
mai/08	95.458,93	65.054,83
jun/08	51.590,73	47.485,80
jul/08	53.737,13	65.102,55
ago/08	33.867,91	48.697,15
set/08	48.371,97	71.700,10
out/08	40.972,18	56.434,62
nov/08		
dez/08		
SOMA	804.925,00	555.193,42



FORNTE: ASSESSORIA CONTÁBIL CRESS - 10ª REGIÃO MAIER CONTABILIDADE E AUDITORIA LTDA. - CRC/RS. 2692

* JANEIRO INÍCIO ARRECAÇÃO ANUIDADES/2008

Lei Nacional de Adoção: preconceito e retrocesso

Sob o pretexto de qualificar o processo de adoção de crianças e adolescentes, tramita no Congresso Nacional, em regime prioritário, o projeto do Deputado Federal João Matos (PMDB/SC), que dispõe sobre a Lei Nacional de Adoção. A proposta é de 2003, mas voltou a gerar discussões quando em agosto deste ano os líderes partidários optaram por retirar a permissão de adoção por casais homossexuais do texto do PL. A nova proposição, encaminhada para apreciação do Senado, inclui normas específicas para a adoção de crianças indígenas e provenientes de quilombolas, mas retira a possibilidade de casais homossexuais adotarem crianças oficialmente. O argumento de um dos líderes, deputado Jovair Arantes (PTB/GO) é de que a sociedade brasileira ainda não está pronta para aceitar essa medida. Em entrevista à Agência Câmara, ele reitera: “Estamos sugerindo a retirada do termo da lei porque entendemos que a sociedade brasileira ainda não está preparada para a possibilidade de adoção de crianças por casais homossexuais”, embora afirme “não ter nada contra” a opção sexual das pessoas.

O CRESS/RS, em conjunto com movimentos sociais que lutam pelo fim do preconceito e qualquer forma de discriminação, seja por raça, etnia, credo, orientação sexual, repudiou a decisão da Câmara dos Deputados e publicou em sua página na internet um manifesto. “É evidente a indicação de tendência conservadora e preconceituosa, visando tentar impedir que casais homoafetivos possam candidatar-se ao processo de adoção. Juntamos nossas vozes àqueles que defendem a vital necessidade de avançarmos na consolidação da garantia dos direitos humanos, lutando contra todas as expressões do preconceito e da discriminação tão enraizadas em nossa sociedade”, expressou o Conselho.

Apesar disso, na prática a questão da homoparentalidade nas adoções tem tido avanços significativos em termos de conscientização dos profissionais que lidam diretamente com estes casos, conforme relata o perito assistente social Mauro Ferreira, do 1ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre. O profissional, que trabalha na equipe interprofissional realiza avaliação social de candidatos à habilitação para adoção, explica que nem sempre houve a sensibilidade e, por consequência, percepção/identificação de situações de homoparentalidade nos processos de adoção. “Em muitos casos, pessoas se candidatavam à adoção como solteiras sem revelar que tinham um companheiro do mesmo sexo com quem mantinham uma união estável. Assim, este companheiro não participava deste processo e, por conseguinte, não adquiria os mesmos direitos de pai/mãe sobre o adotado”. Esta situação começou a mudar quando, em 1999, Mauro participou do processo de habilitação de uma candidata solteira, que numa das entrevistas acabou revelando sua união com outra mulher. O assistente social dividiu a questão com os demais colegas da equipe – assistentes sociais e psicólogos – e procurou buscar também embasamento científico para redigir o parecer encaminhado ao juiz. Houve discussão objetivando analisar a avaliação com o Comitê de Ética do Hospital de Clínicas de Porto

Alegre. Também na época as questões de gênero e homoparentalidade, foram analisadas à luz da antropologia, sociologia, psicanálise e do direito com o auxílio da Dra Elizabeth Zambrano, psiquiatra, psicanalista e mestranda em antropologia, na ocasião. Isto contribuiu para uma visão mais abrangente sobre o tema, bem como reflexões por parte dos profissionais que realizam as avaliações no Juizado da Infância e Juventude. “Nestes debates, vários casos de homoparentalidade foram relatados, mostrando que esta é uma situação que está colocada na sociedade, ou seja, é uma realidade”, afirma Mauro. Uma das pesquisas que colaborou nesta “tomada de consciência” sobre a questão foi a da psicanalista Elisabeth Zambrano, que trabalhou a questão da homoparentalidade e a relação entre pais e filhos em sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social da UFRGS. O trabalho resultou no livro “O direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais

homossexuais”*, de 2006, e traz conclusões importantes, conforme destaca Mauro: “Segundo o significativo número de trabalhos existentes, alguns revisados por Patterson (1996)** e Stacey, Biblarz (2001), não existem diferenças entre pais/mães homossexuais e heterossexuais quanto à atenção dedicada aos filhos/as, ao tempo passado juntos ou à qualidade da relação entre eles. (...) O trabalho de Patterson (1996) demonstra que, independente da orientação sexual, é melhor para o desenvolvimento da criança que ela seja criada por mais de uma pessoa. Comparando as relações de homens heterossexuais e homens gays com seus filhos, o trabalho evidencia que os segundos têm maior capacidade de resolver os problemas das crianças, estão mais dispostos a se divertir com os filhos e estimular sua autonomia, bem como dão maior importância ao seu papel de pais”, explica Zambrano na cartilha (páginas 21 e 22).

O assistente social avalia que este trabalho desenvolvido no âmbito do Judiciário foi importante para que os profissionais pudessem, a partir de então, identificar casos de homoparentalidade e, assim, ajudar a dirimir preconceitos e auxiliar na garantia de direitos dos casais homoafetivos em paridade com os casais heterossexuais. Para Mauro, a homoparentalidade é uma realidade e ignorá-la seria um grande retrocesso. “Não penso que devemos defender esta bandeira simplesmente porque a defesa dos direitos humanos está presente no Projeto ético-político do assistente social, ou porque é “politicamente correto” pensar assim, mas precisamos estudar, discutir, aprofundar conhecimentos e pesquisas nessa área para podermos compreender melhor esta realidade, objetivando qualificar nossa intervenção em todas as áreas, nas quais o assistente social atua”.

* A cartilha “O direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais” pode ser obtida no link: www.esnips.com/web/homoparentalidade

** As referências citadas pela autora podem ser consultadas no arquivo localizado no link acima.

